

SITUAÇÃO DO CAFÉ E A FORMULAÇÃO DO PLANO DA SAFRA DE 1963/64 (*)

Eng.º-Agr.º RUBENS ARAUJO DIAS

SITUAÇÃO MUNDIAL

O recente desenvolvimento da produção mundial de café e as perspectivas de colheita da próxima safra indicam, que pelo menos nas safras de 1962/63 e 1963/64, deve-se esperar produções exportáveis que praticamente venham a se igualar com as importações mundiais. Essa situação que pela primeira vez se delinea nos últimos anos, poderia mesmo provocar uma mudança na tendência de preços no mercado mundial, se não fosse os pesados estoques que estão sendo carregados principalmente pelo Brasil. Os dados a respeito da situação mundial do café (veja Quadro I) indicam essa perspectiva, principalmente se a eles acrescentarmos as previsões para a safra de 1963/64.

Os dados apresentados referentes à produção mundial destacam a decidida influência que

as colheitas brasileiras têm no volume total produzido, uma vez que as oscilações apresentadas pelas outras áreas são bem mais reduzidas. Na próxima safra de 1963/64, quando o Brasil deverá colher sua menor produção dos últimos anos, deveremos ter igualmente uma pequena safra mundial, se situando em torno de 47 milhões de sacas, ou seja um volume que deverá ser insuficiente para atender as importações previstas, para 1964, quando deveria o consumo mundial atingir perto de 50 milhões de sacas.

O crescimento do consumo mundial vem ocorrendo, nos últimos anos em uma taxa anual de 3%, sendo os dados referentes às importações mundiais (Quadro I) apenas indicativos dessa situação. Nos últimos anos, a produção vinha se mantendo ano após ano em nível su-

(*) Trabalho elaborado no mês de maio último e encaminhado às autoridades estaduais como contribuição à formulação da política cafeeira da safra de 1963/64.

perior ao consumo, o que determinava uma crescente acumulação de estoques. Essa situação vinha provocando sérios transtornos aos países produtores cuja economia é fundamentada no café, principalmente em vista da evolução que se nota nos preços do produto. As tentativas de acôrdo mundial visando sanar o problema não tem

alcançado resultados animadores, só se conseguindo algum ganho na disciplinação das ofertas nos mercados importadores. Os preços tem continuado na sua tendência de baixa, embora se deva reconhecer que, na inexistência de qualquer acôrdo, a queda seria em escala bem mais acentuada.

QUADRO I
Situação Mundial do Café
Em milhões de sacas de 60 kg

	Média de		Safras comerciais			
	1953/54. a 1957/58	1958/59	1959/60	1960/61	1961/62	1962/63 (2)
I — Produção Exportável						
Brasil(1)	16,4	24,6	37,9	22,8	28,3	18,7
Colômbia	5,8	6,9	7,0	7,0	6,8	6,6
Fedecame	6,7	7,3	8,7	8,3	9,6	9,2
África	7,3	10,4	12,0	13,3	11,8	13,9
Ásia e Oceania	1,2	1,3	1,7	2,3	1,8	2,0
Total	37,4	50,5	67,3	53,7	58,3	50,4
	Média de					
	1954 a 1958	1959	1960	1961	1962	1963 (2)
II — Importações						
Estados Unidos	19,8	23,3	22,1	22,4	24,5	...
Outros	15,2	18,6	20,5	21,7	22,2	...
Total	35,0	41,9	42,6	44,1	46,7	48,0
III — Diferença (II-I) ..						
	2,4	8,8	25,6	9,6	11,6	2,4

FONTE: Bureau Pan-Americano de Café, Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e "Complete Coffee Coverage".

(1) Retirando-se da produção registrada o total destinado ao consumo interno.

(2) Dados preliminares ou previsões.

Embora essa menor produção, prevista para as safras 1962/63 e de 1963/64, venha contribuir para uma estabilização na situação estatística mundial do café, não se pode esperar qualquer reflexo mais favorável no mercado dêsse produ-

to em vista dos elevados estoques existentes, a menos que vos fatores venham atuar nas condições de produção para as próximas safras, dando um caráter mais permanente à atual situação.

SITUAÇÃO NO BRASIL E EM SÃO PAULO

Coube ao Brasil, uma parcela ponderável do acréscimo que ultimamente se verificou na produção mundial de café (veja Quadro I). Essa crescente produção e a política brasileira de sustentação de preços fazem com que o nosso País carregue grande parte dos excedentes mundiais, em vista da dificuldade ou mesmo da impossibilidade de colocação de toda a nossa produção.

Uma análise mais precisa da situação do café no Brasil é bastante dificultada pela demora e mesmo inexistência de estatísticas oficiais, principalmente a respeito de volume de vendas pelo I. B. C. de cafés destinados ao consumo interno e industrialização, bem como de incineração de expurgo e "higienização" dos estoques. No entanto, baseados em dados oficiais e officiosos do I. B. C. e em estimativas sôbre os dados omisso, e tendo por referência o volume de estoques em poder do Governo no início da safra de 1961/62, que segundo levantamentos oficiais do I. B. C. eram de 49,0 milhões de sacas, apresentamos no Quadro II uma estimativa da situação estatística do café no Brasil que nos permite uma visão mais objetiva do problema.

Pelos elementos apresentados verifica-se que o estoque em poder do Governo e de particulares no início da safra 1962/63 deve ter sido em torno de 54,9 milhões de sacas, se admitirmos como inteiramente efetivada a pretendida incineração de 7 milhões de sacas de café expurgo. Estimando a produção em 27 milhões de sacas (os registros até 28 de fevereiro atingiam a 23,3 milhões), teríamos um suprimento de 81,9 milhões de sacas, inferior ao da safra 1961/62 que tinha atingido a 86,9 milhões. Estimando-se o total de consumo interno em 8,3 milhões de sacas (veja Quadro II) e as exportações em 16,5 milhões, teríamos no final da safra um estoque de 57,1 milhões, ainda maior que em igual período dos últimos anos. Embora a próxima safra que deve ser colhida no ano corrente possa ser considerada muito pequena (em torno de 23 milhões de sacas) devido principalmente aos efeitos da geada e ventos frios no Norte do Paraná, ainda assim não se poderá contar com uma redução substancial nos estoques finais da safra de 1963/64, pois o suprimento seria em torno de 80,3 milhões de sacas, do qual mesmo se deduzindo um

consumo superior ao desta safra, ou seja de 26,5 milhões (9 de consumo interno e 17,5 de exportação) ainda restaria em 30/6/1964, um estoque final de 53,8 milhões de sacas.

QUADRO II

Situação Estatística do Café no Brasil *Em milhões de sacas de 60 kg*

<i>Itens</i>	1957/58	1958/59	1959/60	1960/61	1961/62	1962/63 (2)
1. Estoque inicial	7,4	14,5	24,2	44,2	51,0	54,9
2. Produção registrada ..	21,6	26,8	43,8	29,8	35,9	27,0
A — <i>Suprimento</i>						
(1 + 2)	29,0	41,3	68,0	74,0	86,9	81,9
3. Exportação exterior ..	13,6	14,9	17,9	16,0	17,4	16,5
4. Consumo nos portos ..	0,5	0,4	0,6	0,5	0,5	0,6
5. Exportação cabotagem	0,4	0,4	1,0	1,0	1,1	1,2
6. Industrialização	0,0	0,2	0,4	0,5	0,5	0,5
7. Consumo interno ⁽¹⁾ ..	—	1,2	3,9	5,0	5,5	6,0
8. Eliminação de exurgo	—	—	—	—	7,0	—
B — <i>Consumo geral</i>						
(3 + .. + 8) ..	14,5	17,1	23,8	23,0	32,0	24,8
C — <i>Estoque final</i>						
(A — B)	14,5	24,2	44,2	51,0	54,9	57,1

FONTE: I. B. C., informações oficiais e previsões.

(1) O consumo interno na safra de 1957/58 não era abastecido pela produção registrada. Na safra 1958/59 o foi em apenas 6 meses.

(2) Estimativas e previsões.

Cabe ainda assinalar que a menor produção que deve se verificar nas duas safras assinaladas (1962/63 e 1963/64) e que determinou um relativo equilíbrio da posição estatística, foi ocasionada por fatores temporários, ou seja a forte seca de 1961 que afetou principalmente a produção de São Paulo e as geadas e ventos frios que ocorreram em 1962 e que restringiu a colheita paranaense de 1963. No entanto, esses fatores, pela redução ocasionada nos rendimentos agrícolas, con-

tribuíram para tornar ainda mais precária a situação econômica dos cafeicultores que já vinha sendo afetada pela perda de valor real dos preços de café nos últimos anos. Isso porque a deterioração da situação estatística vinha ocasionando reflexos danosos no nível de preços recebidos pelos cafeicultores, e portanto nas rendas brutas e líquidas do café. A esse respeito pode-se dizer que os preços reais do café (em moeda de valor constante), depois de acusarem ganhos ponderáveis em 1954 e

1955 vem perdendo substância ano após ano, sendo de notar que nem mesmo o ponderável aumento verificado na última safra — 6 150 cruzeiros por saca em 1962 contra 3 570 em 1961 — foi em proporção suficiente para alterar de forma mais significativa essa tendência, representando os preços reais obtidos pelos lavradores na safra de 1962 apenas 62% dos auferidos, em média, no período de 1948/52 (veja Quadro III). Aliás, a situação de inferioridade dos preços internos do café pode ser avaliada pela comparação de seus índices de preços correntes (734 em 1962) com o Índice Geral de Preços no Brasil nesse mesmo ano (1 208) e com o Índice de Preços Agrícolas de São Paulo, especialmente quando se retira o café de seu cálculo — 1 237 e 1 435 respectivamente — (veja Quadro III). E estariam em desvantagem ainda maior se compararmos a evolução dos

preços de Produtos Alimentícios de Consumo Interno da Agricultura Paulista, que em 1962 apresentou um índice de 1 625 (em relação ao mesmo período básico de 1948/52).

Por essas comparações se evidencia que os preços internos de café estão em situação muito inferior aos demais produtos agrícolas, não tendo acompanhado a evolução determinada pela situação inflacionária que vem afetando a nossa economia.

Essa situação aliás, vem provocando um acentuado desinteresse pela lavoura cafeeira, e que pode ser constatado pelo crescente abandono e erradicação de lavouras. Assim, segundo dado do "GERCA", até fins de março de 1963, cerca de 400 milhões de pés de café já tinham sido abrangidos pelo programa de erradicação, devendo-se notar que é igualmente volumosa a eliminação de cafeeiros não incluída no citado programa.

POLÍTICA CAFEEIRA PARA A NOVA SAFRA

Considerando a situação estatística do café acima exposta, tanto no setor mundial como no interno, pode-se destacar alguns

pontos de importância ao se discutir a política a ser seguida pelo Brasil no nova safra.

Política Cafeeira Externa

Em vista de características já bem determinadas — situação estatística atual, posição dominante do Brasil no mercado mundial de café, inelasticidade dos preços de café na grande maioria dos mercados — julgamos ser ponto pacífico que é de todo o interesse para a economia do País, a realização de

uma política de sustentação dos preços mundiais do produto. Em caso contrário, haveria uma sensível diminuição na receita cambial que o café normalmente proporciona, com prejuízos evidentes para a economia da Nação. Deve-se salientar a esse respeito que mesmo iniciativas, em maior ou menor escala, de

QUADRO III
Evolução dos Preços de Café no Interior de São Paulo

Média de quinquênios e anos	Preços médios recebidos pelos cafeicultores				Índice de preços agrícolas em São Paulo			Índice geral de preços no Brasil(1)
	Preços correntes		Preços em moeda de valor constante (Cr\$ 1948/52)		Geral (24 produtos)	Geral sem café (23 produtos)	Produtos Alimentícios de consumo interno	
	Cr\$/60 kg	Índices	por 60 kg	Índice				
1948/52	838	100	838	100	100	100	100	100
1953/57	2 060	246	963	115	226	218	236	217
1954	2 200	263	1 200	143	204	176	190	182
1955	2 130	254	1 000	119	231	220	241	213
1956	2 280	272	898	107	259	252	271	254
1957	2 360	282	814	97	283	285	301	290
1958	1 720	205	523	62	282	319	351	359
1959	1 930	230	425	51	370	438	487	454
1960	2 590	309	443	53	516	617	661	585
1961	3 570	426	445	53	726	874	930	803
1962(2)	6 150	734	516	62	1 237	1 435	1 625	1 208

FONTE: Divisão de Economia Rural.

(1) Calculado na base do índice "2" da Conjuntura Econômica.

(2) Dados preliminares.

se vender cafés de mais baixa qualidade aos menores preços do mercado, principalmente se procedidas de maneira constante, devem provocar baixas gerais no mercado, atingindo cafés de tôdas as qualidades, com os resultados prejudiciais já apontados.

Conjuntamente, devem ser feitos todos os esforços no sen-

tido de que dentro do acôrdo internacional haja uma garantia mais eficiente de preços e o estabelecimento de maiores controles das ofertas, impedindo-se assim a venda total das produções dos demais países e desse modo conseguindo uma distribuição mais equitativa da retenção dos excedentes mundiais.

Política Cafeeira Interna

Face à situação estatística atrás descrita, pode-se admitir que a diminuição de preços não apresenta um caráter passageiro, a menos que novas condições adversas de clima afetem, de maneira generalizada os cafêzais paranaenses ou paulistas, ou que os estoques em poder do Governo Federal não atinjam o total estimado ou se apresentem, em parte ponderável, em condições inaceitáveis para o consumo.

Em consequência, ressalta-se a importância do Instituto Brasileiro do Café proceder a um rebenefício e padronização de seus cafés, com a finalidade de se conservar unicamente os cafés suscetíveis de serem mantidos como um estoque de reserva, visando atender a futuras vendas. É evidente que a manutenção da situação atual, pelo não conhecimento do montante e qualidade do café armazenado, não só impede uma melhor apreciação da situação pelo próprio Governo, ao formular a sua política cafeeira, como também se constitui em fator de insegurança do mercado, atuando em sentido contrário aos nossos interesses.

De outro lado, os resultados da pesquisa realizada em 1958 sôbre a "economia da produção cafeeira" pela Divisão de Economia Rural em colaboração com a FAO, CEPAL e IBC apontam que parcela ponderável das lavouras de café de São Paulo pode ser considerada como sub-marginal, dentro das estruturas de preços e custos que vêm prevalecendo. Essa condição é decorrente da grande quantidade de lavouras velhas que apresentam um baixo rendimento agrícola e portanto precários resultados financeiros, o que em última análise significa não só prejuízo aos agricultores, mas também um atestado de baixa produtividade econômica no uso dos diversos fatores — capital, braço etc. — com perdas para tôda a economia de São Paulo. Deve-se ainda considerar que os custos fixos da produção de café são bem altos e representam uma importante parcela do custo total de produção. Essa circunstância, além de onerar de forma mais aguda a produção obtida em cafeeiros de baixo rendimento, é um fator impeditivo das readaptações que se fa-

zem necessárias na reorganização das propriedades cafeeiras. Além disso, deve-se reconhecer que é bastante difícil, principalmente aos cafeicultores marginais, modificarem por sua própria iniciativa esse estado, porque a intensificação do cultivo não só requer maiores disponibilidades financeiras pela elevação do custo de produção, mas também porque o reflexo dessas medidas nos rendimentos a serem conseguidos não é bastante animador, quando aplicadas em cafeeiros já depauperados, como é o caso da maioria de nossos cafêzais. Uma transformação mais radical — aliás a desejável — que seria a erradicação dos cafeeiros pouco produtivos, liberando fatores — terra, braço e capital — para o plantio apenas parcial de novos cafeeiros, seria também difícil de ser conseguida sem uma ajuda por parte do Governo, pois nas condições de renda já descritas não haveria sobras para efetivação do investimento necessário, o qual, aliás, na atual situação do café seria arriscado, pelas incertezas que pairam sobre o nível de preços que prevalecerá no futuro.

Assim, salienta-se a alta prioridade em se continuar com o programa estabelecido pelo Governo Federal através do "GERCA" (Grupo Executivo

de Racionalização da Cafeicultura) e que se propõe a incentivar a erradicação de cafeeiros improdutivos e o uso racional da área liberada, tanto em novos cafêzais, bem formados, como em outras explorações.

No entanto, como o referido programa de erradicação não é compulsório, torna-se evidente que as decisões dos lavradores em eliminarem cafés pouco produtivos ou mesmo em estabelecerem novas plantações irão ficar em grande parte na dependência do nível de preços que vigorar para o café. Embora se deva reconhecer que, em vista da situação estatística atrás apontada seria desaconselhável a concretização de uma acentuada melhoria nos preços de café, também a fixação dos preços em níveis baixos, além dos efeitos prejudiciais sobre o setor agrícola pela acentuada diminuição na renda da cafeicultura, terá um efeito danoso mesmo para as lavouras de alto rendimento, que terão o seu trato prejudicado. Isso porque os lavradores diminuirão o investimento de capital em forma de adubos, máquinas, combate à erosão etc., ocorrendo, portanto, um decréscimo generalizado de produtividade, o que, em última análise significa prejuízo para a economia do País.

Nível de Preço a Ser Estabelecido

Cabe então discutir os níveis, em cruzeiros, em que os preços deveriam ser garantidos, o que constitui questão bastante complexa. Adotando-se raciocínio idêntico ao utilizado em ano an-

terior, apresentamos no Quadro IV elementos relativos às despesas da produção de café em lavouras de diferentes níveis de produtividade, dentro de uma dada estrutura de custo. Cons-

tata-se por êsse quadro que o custo de produção do café é excessivamente alto. Muito mais alto do que pode parecer à primeira vista. Tomando-se uma lavoura de alta eficiência que produz 100 arrôbas por 1 000 (mil) pés e considerando-se as despesas de custeio em que se incorre com adubo, mão de obra etc., aos preços atuais, inclusive para mantê-la nesses níveis de produção, chega-se ao custo de 6 650 cruzeiros por saca beneficiada. E nota-se que não estão aí incluídos a remuneração ou aluguel da terra, os juros do capital invertido e tão pouco um salário ou retirada para o fazendeiro. Isso significa que aos preços médios atuais de 6 300 cruzeiros por saca beneficiada no interior, uma lavoura de 100 arrôbas não pode se manter em condições de lucratibilidade. Se os agricultores a mantêm, é porque não pagam o salário mínimo, não adubam em condições satisfatórias ou se sujeitam a não receber remuneração pelo capital empataado na exploração e pelo seu próprio trabalho de empresário. O que isso necessariamente significa é que essa lavoura não está se “mantendo”, e que certamente sua produtividade cairá, à medida que fôr sendo consumida a fertilidade natural do solo.

O mesmo se aplica em relação às lavouras de menores índices

de produtividade, isto é, 75 a 50 arrôbas, com o agravamento de que os custos por saca dessas lavouras são ainda mais elevadas, de 7 170 e 8 290 cruzeiros, respectivamente.

Ora, como se sabe, são poucas as lavouras de São Paulo e de outros Estados do Brasil (exceção feita ao Paraná) que apresentam produtividade de 75 ou 100 arrôbas. A grande maioria fica entre 25 e 50 arrôbas. Para as de 25, conforme mostram os dados do Quadro IV, o custo é ainda mais elevado, alcançando 10 480 cruzeiros, mesmo sem incluir despesa alguma de adubo, pois produções baixas como essas podem ser obtidas durante muitos anos sem adubação química.

Então, como se mantêm essas lavouras? Os cafeicultores perdem dinheiro todos os anos? Não necessariamente, como foi dito, não pagam os salários mínimos, não adubam, não procedem aos cultivos necessários, diminuindo o número de carpas para 5 ou 4, ou mesmo duas ao ano, e, além disso, mantêm lavouras de subsistência dentro do café, de modo a diminuir o custeio. Pode-se assim dizer que as lavouras não se “mantêm” nessa base de preço, que elas se “acabam” à medida que se acentua o desgaste de fertilidade do solo. É aliás o que tem ocorrido historicamente

com nossas lavouras de café. O desgaste do solo, a incapacidade de conservar e de repor a fertilidade, fizeram com que as lavouras caminhassem sempre em busca de terras novas. Agora que já não se dispõe de reservas nesse sentido, deve-se mudar de atitude a fim de que a lavoura possa permanecer em nosso Estado ou mesmo em nosso País.

Com base nessa situação e considerando-se que com o nível médio dos agricultores do País, não se pode esperar no momento, uma produtividade mínima superior a 50 arrôbas por 1 000 (mil) pés, deve-se adotar um preço em cruzeiros que permita pelo menos a manutenção da lavoura dêsse nível de produtividade.

Os dados apresentados no Quadro IV e em gráfico, fornecem elementos para determinação dêsse preço. No gráfico em questão, além das linhas de rendas brutas por mil pés obtidas a vários preços de café no interior e a vários níveis de rendimento agrícola, são apresentadas as curvas de custo de produção de dois tipos de lavouras — sem adubação química (com rendimento de 25 a 50 arrôbas por mil pés) e com adubação (rendimento acima de 50 arrôbas). Além disso, na faixa superior do gráfico foram incluídas curvas de remuneração, em

que se admite um pagamento considerado “mínimo razoável” aos fatores utilizados no processo produtivo, ou seja ao capital, à terra e ao empresário agrícola.⁽²⁾

Assim, pela observação do citado gráfico, chega-se à conclusão que um preço entre 10 000 e 12 000 cruzeiros permite cobrir as despesas de produção de uma lavoura de 50 arrôbas, deixando uma margem pequena para a remuneração dos fatores. A êsse nível de preços, as lavouras de 75 arrôbas já teriam uma remuneração considerada como perto da razoável e as de 100 arrôbas apresentariam ainda uma sobra bem significativa para o empresário melhor remunerar os fatores. No entanto, no caso das lavouras de 25 arrôbas, êsse preço só seria suficiente para cobrir as despesas de produção, constituindo-se, portanto, em um elemento de desestímulo.

Assim, uma vez estabelecido o preço base, dentro da citada variação, poder-se-ia determinar preços para as várias qualidades (tipos) incluindo-se aí as despesas necessárias para rebenéfico e catação, e para os cafés das duas principais zonas do País, ou seja, as zonas de melhor qualidade — São Paulo, Paraná e Sul de Minas — e as de pior qualidade — Espírito Santo, Estado do Rio e Zona da Mata.

(2) A remuneração considerada razoável foi de 12% para a terra, capital fixo e de operação e diferentes retiradas para pagamento pelo trabalho do empresário, conforme o nível de produtividade da lavoura (de 70 a 90 mil cruzeiros para uma lavoura de 50 mil pés).

QUADRO IV

Custo de Produção da Exploração de Café em Diversos Níveis de Técnica e Produtividade, São Paulo, 1962/63

(Modêlo baseado em propriedades com lavouras de 50 000 cafeeiros produzindo 100, 75, 50 e 25 arrôbas por 1 000 cafeeiros).

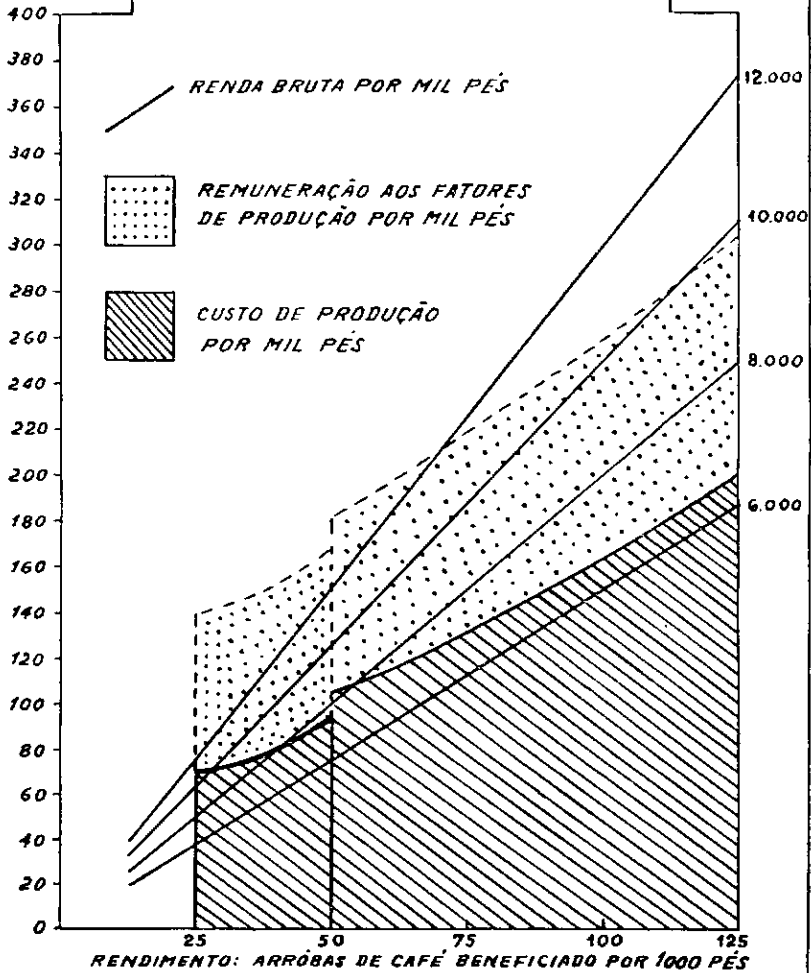
Cruzeiros por mil pés ou por saca

ITENS	Lavouras produzindo — por mil pés			
	100	75	50	25
	<i>arrôbas de café beneficiado</i>			
	75	56	38	20
	<i>sacas de café em côco sêco</i>			
	25	18,5	12,5	6,5
	<i>sacas de café beneficiado</i>			
<hr/>				
I — <i>Produção:</i>				
A — <i>Operação de carpa</i>	22 250	22 250	22 250	22 250
Tratos culturais	12 080	9 795	9 015	6 400
Colheita	22 410	18 900	13 120	8 400
Transp. café da roça	2 504	2 504	1 252	1 252
Secar e recolher café	4 288	3 216	2 144	1 608
	63 532	56 665	47 781	39 910
B — <i>Materiais consumidos:</i>				
Adubo químico	52 800	33 655	23 989	—
Estêrco de curral	10 000	10 000	6 000	4 000
Mudas para replantio	100	100	100	100
Sacaria de colheita e utensílios	250	188	125	65
	63 150	43 943	30 214	4 165
C — <i>Despesas adicionais de custo:</i>				
Administração	6 000	6 000	6 000	6 000
Despesas gerais	7 950	6 360	5 565	5 565
	13 950	12 360	11 565	11 565
D — <i>Depreciação de benfeitorias e do cafézal:</i>				
Benfeitorias	6 575	6 575	6 575	6 575
Cafézal	6 666	5 000	2 666	1 000
	13 241	11 575	9 241	7 575
Custo de Produção por 1 000 cafeeiros	153 873	124 543	98 741	63 215
Custo de Produção por saca de café em côco sêco	2 052	2 224	2 598	3 327
II — <i>Beneficiamento:</i>				
Custo de 3 sacas de café em côco, beneficiado sêco (40 kg)	6 156	6 672	7 794	9 981
Custo de beneficiamento de 3 sacas de café em côco	180	180	180	180
Valor da embalagem (um saco de anagem para café)	240	240	240	240
Transporte de 3 sacas de café em côco para a usina de beneficiamento	75	75	75	75
Custo de Produção de uma saca de café, beneficiado	6 651	7 167	8 289	10 476

RENDA BRUTA
CUSTO DE PRO-
DUÇÃO E RE-
MUNERAÇÃO
AOS FATORES
Cr.\$ 1000
POR MIL PÉS

CAFÉ RENDA BRUTA CUSTO
DE PRODUÇÃO E REMUNERA-
ÇÃO AOS FATORES A DIVERSOS
NÍVEIS DE RENDIMENTO E
PREÇO - 1962/63.

PREÇO NO
INTERIOR
Cr.\$/SACO
BENEFICIADO



des. J. Cabianca

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como medida imprescindível ao pleno funcionamento do sistema de defesa de preços no mercado interno, o que até agora não foi conseguido nos últimos anos, o I. B. C. deverá, desde o início da safra, estar presente no mercado (portos e Interior), adquirindo os vários tipos de café aos preços previamente estipulados para o final da safra, podendo-se prever tabelas de defasagens (conforme os meses) para as compras antecipadas. Ou, então poder-se-ia propiciar aos cafeicultores um financiamento nas bases previstas para a compra do café no Interior. Com a aplicação de qualquer dessas medidas, ter-se-ia um preço mínimo efetivo no Interior, o que é essencial para se obter maior sucesso na estabilização das cotações externas, porque coloca um limite na possibilidade dos exportadores fazerem ofertas cada vez mais baixas, quando ocorre uma temporária paralização nas vendas externas.

Cabe ainda, aqui salientar que deve ser evitada a adoção de qualquer tipo de "equalização" dos cafés das safras anteriores, pois isso significaria maiores preços em cruzeiros na exportação por produto já adquirido a preços bem menores, o que também poderá, pelo interesse dos exportadores em

realizar negócios, favorecer a oferta de cafés a preços mais baixos no mercado mundial.

Com o objetivo de disciplinar a movimentação do café pode-se adotar um regulamento de embarques semelhante aos das safras anteriores, com a divisão da produção em duas séries: — de mercado e retida. Nesta última deveriam ser incluídas os de tipo inferior aos limites mínimos fixados para a exportação, digamos, tipo 5 para a zona de melhor qualidade e tipo 6/7 para a de pior.

Não há dúvida que para por em execução um plano de safra como o delineado, o próprio café fornecerá os recursos financeiros, uma vez que as exportações dessa safra deverá render de 660 a 700 milhões de dólares, o que à taxa atual de 600 cruzeiros por dólar significa um valor em cruzeiros de 400 a 420 bilhões de cruzeiros. Como, aos preços programados os valores FOB das exportações totais deveriam se situar em torno de 280 bilhões, ainda restariam de 120 a 140 bilhões de cruzeiros, recursos suficientes para fazer face à aquisição dos cafés não exportados e às despesas com a movimentação e armazenamento do café, construção de novos armazéns e ao programa de racionalização da cafeicultura (GERCA).